

GT70: Remoções forçadas: povos indígenas desterrados no Brasil contemporâneo

Edilene Coffaci de Lima, Jorge Eremites de Oliveira

No relatório final da Comissão Nacional da Verdade, concluído em 2014, constavam dez povos indígenas que sofreram remoção forçada durante o período compreendido entre setembro de 1946 e outubro de 1988. Contudo, como é sabido, muitos outros povos foram removidos de suas terras, mas, infelizmente, não puderam ter suas histórias registradas naquele importante documento. Aqui, sem estabelecermos marcos temporais, pretendemos voltar ao assunto, buscando reunir pesquisas sobre casos de remoções forçadas de grupos indígenas, sabendo que esse foi um expediente crônico em diferentes períodos da história brasileira. A remoção dos povos originários de suas terras há muito se estabeleceu como uma alternativa factível aos governos em diferentes ocasiões. Fossem para ter suas terras alagadas para construção de hidrelétricas (a UHE de Itaipu ou a UHE Belo Monte são exemplares nesse sentido) ou atravessadas por estradas (BR230, BR364 e BR163 são apenas três delas) ou simplesmente invadidas por colonizadores Brasil a fora, povos inteiros viram suas terras usurpadas e suas vidas arrasadas. Muitos desses povos atualmente vivem desterrados, improvisando suas vidas em terras que não são suas; outros reafirmam e lutam para reaver o que foi perdido - ou ambas as alternativas ao mesmo tempo. Tencionamos aqui reunir iniciativas de pesquisa que deem conta dessas histórias, pensando com esses povos sobre as alternativas que criaram para tentar superar o violento processo colonizador que os alcançou.

As estratégias de luta e de resistência dos Tupinikim e Guarani Mbya (Norte do Espírito Santo) contra a empresa Aracruz Celulose S/A, os governos militares (1964-1985) e os governos biônicos locais

Autoria: Joana D`Arc Fernandes Ferraz, Caio Mattos Santos, Caroline Soares de Andrade Caldas, João Pedro Cavalcanti

Este artigo tem como objetivo discorrer sobre as estratégias de luta e resistência das comunidades indígenas Tupinikim e Guarani Mbya (localizadas no Norte do Espírito Santo) contra a empresa Aracruz Celulose S/A (atual Grupo Suzano S/A), que atuou em cumplicidade com os governos militares (1964-1985) e os governos biônicos locais. Durante todo o período da ditadura, esta empresa obteve um crescimento rápido e intenso, tornando-se uma das maiores do mundo neste setor e se mantendo até hoje nesse patamar. O território tupinikim, "ainda na pré-conquista, se fixou na região entre Espírito Santo e Bahia. Desde então, estabelece uma relação histórica - física e simbólica - com o seu território, hoje reduzido a uma área de dezoito mil hectares no Estado capixaba." (BARCELLOS, 2008, pp. 145,146) A instalação da Aracruz, em 1967, levou a uma redução drástica desse território. Inicialmente, a empresa comprou três mil hectares "diretamente do Estado, e outros 27 mil hectares, [adquiridos] das mais variadas formas". (BARCELLOS, 2008, p.136) A morte sociocultural de muitas dessas aldeias é uma demonstração da violência a que foram submetidas desde a ditadura. Em 1967, os Guarani Mbya chegam ao município de Aracruz e foram fundamentais para a resistência Tupinikim na luta pela terra, contra a Aracruz Celulose. Os Guarani se caracterizam pela sua mobilidade, vivendo em processo constante de desterritorialização e reterritorialização. No imaginário Guarani, seus antepassados passaram por todas estas terras. Em 1967, a Aracruz e a FUNAI tentaram deslocar a população guarani e alguns tupiniquins da região para a Fazenda Guarani em Minas Gerais (conhecida como Presídio Guarani), numa clara estratégia de despovoamento da região, a fim de facilitar a instalação da Aracruz Celulose. Não conseguem, dentro de cinco anos os indígenas retornam ao Espírito Santo (CICCARONE, 1998, p.1). Mas, obtém da FUNAI uma "certidão negativa" para os Tupinikim, que

comprovaria que as terras não são habitadas por esse povo indígena, liberando aquelas áreas para plantio de eucalipto. Aos poucos, depois de intensas lutas, essas comunidades têm conseguido retomar seus territórios. Eram mais de 30 aldeias, hoje, foram reduzidos a sete: Caieiras Velhas, Irajá, Pau Brasil, Comboios, Boa Esperança, Três Palmeiras e Piraquê-Açu (aldeia criada recentemente para impedir a instalação, em área indígena, de uma empresa exploradora de algas calcárias, a Tothan). A conquista mais recente dessas comunidades indígenas foi a oficialização, por meio de duas Portarias do Governo Federal, do reconhecimento de 10.966 ha. de terra sob o controle da Aracruz Celulose S/A. como terras indígenas, totalizando 18.027 ha. de terras indígenas no Espírito Santo. (CDDH, 2010, p. 274)

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

